



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 21 DE SETEMBRO DE 1998

Meu caro Ministro Gustavo Krause; Senhores Embaixadores; Senhoras Embaixadoras; Senhor Presidente do Ibama, Eduardo Martins; Senhores Representantes de organismos internacionais; Senhoras e Senhores Ambientalistas; Senhoras e Senhores,

É sempre extremamente difícil dizer qualquer coisa, depois do Ministro Krause. Eu já tenho essa experiência, reiterada, porque o Ministro Krause tem essa capacidade extraordinária de, em pouco tempo e com uma expressividade nordestina e um talento universal, ser capaz de sintetizar aquilo que foi mais importante na área que está considerando. E ele acabou de fazê-lo aqui.

E eu não quero, também, cansá-los com números – que os tenho, mas não os sei de memória –, mas queria apenas reforçar o que disse o Ministro, no seguinte sentido: muito se falou, e se fala, de desenvolvimento auto-sustentável. As palavras, às vezes, ganham uma tal autonomia, que elas ficam independentes até do pensamento e começam a andar sozinhas.

Aqui, todo o esforço é fazer com que elas não andem sozinhas, para que haja, realmente, por trás da palavra, um conceito que se refira a um processo que esteja em marcha.

Acho que o Ministro Krause procurou mostrar que nós levamos a sério a questão do desenvolvimento auto-sustentável. E levamos nas várias dimensões que esse processo implica. Não é só uma política equilibrada e harmônica para preservar e conciliar a natureza com o desenvolvimento econômico, com as transformações necessárias, para que as pessoas possam usufruir da natureza sem destruí-la, mas é uma atividade, é uma ação continuada, permanente de, em cada decisão, tomar em consideração as conseqüências dessas ações para a natureza.

Mas isso é fácil de falar e muito difícil de fazer. Fiquei bastante positivamente impressionado com a extensão dos parques preservados, com a amplitude que esse processo está tendo, no Brasil, que reflete, naturalmente, o aumento de consciência do País, no que diz respeito à questão ambiental em geral.

Mas acho que, além disso, o que é significativo é que, mesmo em ações que não são diretamente relacionadas, aparentemente, com o meio ambiente, nós temos tido o cuidado de fazer de modo que elas o preservem.

Todo o programa Brasil em Ação são 42 obras, não só obras, porque são programas sociais também, mas muitas são obras de impacto. E isso é apenas uma pequena amostra das centenas, senão das milhares, de ações do Governo Federal, quase sempre em cooperação com os governos locais. Todas essas obras e todas essas ações são feitas prestando atenção aos efeitos sobre o meio ambiente.

Os que são ambientalistas sabem disso e sabem, muitas vezes, o trabalho que isso custa e os protestos que, às vezes, ocasionam, mas o Governo tem sempre estado do lado dos ambientalistas e não do lado dos protestos pela demora nas decisões. Há demora, mesmo porque é preciso tomar em consideração os impactos de cada atividade de intervenção feita pelo Governo Federal sobre o conjunto do meio ambiente. E isso nós temos feito.

Creio que essa consciência viva é muito importante, porque ela mostra que, efetivamente, nós estamos nos preocupando no dia-a-dia. Estamos transformando o desenvolvimento sustentável não apenas numa palavra, mas num modo de orientar as ações concretas de governo e, ao mesmo tempo, num esforço educacional, num esforço pedagógico, porque é preciso que as pessoas se dêem conta de que, doravante, nada poderá ser feito neste país, sem que se tomem em consideração, realmente, as conseqüências de cada ato no meio ambiente.

Mas, além dessa preocupação, que eu creio que é muito importante, nós também tivemos o cuidado de não dar ao País a impressão de que – porque somos favoráveis ao ecodesenvolvimento – com isso, nós não vamos dar condições de desenvolvimento àquelas regiões que mais necessitam.

E mencionarei apenas duas ou três, porque são fundamentais. Uma é a Amazônia. A Amazônia foi sempre, para todos nós – como eu disse recentemente, disse até em comício, em praça pública, lá em Manaus –, não apenas um mito, porque os brasileiros que não são da Amazônia sempre a olharam possivelmente como os não-brasileiros a olhavam também, quer dizer, como um mito, mas um mito que não se sabia até que ponto poderia ser incorporado ao dia-a-dia do País.

E, como fazer essa incorporação sem destruir o mito, sem destruir, realmente, aquela força extraordinária, que é a Amazônia? É só chegar, ver o rio Negro ou ver o rio Amazonas. Toma-se um choque, porque, efetivamente, é um mar de água extraordinário. E, depois, todo o chamado “inferno verde”, que ainda persiste lá, como se pode ver tanto no Amazonas como, por exemplo, no Amapá, onde, realmente, a preservação da selva é muito grande.

Pois bem. Mas nós tínhamos que olhar para a Amazônia também de um ponto de vista, digamos, criativo. E, ao mesmo tempo em que algumas intervenções são feitas, e são feitas, como a exploração do gás, por exemplo, em Urucu, nós tínhamos que olhar para a Amazônia vendo de que forma aproveitar a sua biodiversidade.

Um dos aspectos mais importantes dos acordos e das destinações de recursos justamente se orienta para a questão da biodiversidade, para a

formação de projetos e de núcleos de estudos de biodiversidade e o aproveitamento dessa biodiversidade.

Mas, mais do que isso, era preciso criar a consciência do ecoturismo, de tal maneira que os que vivem na Amazônia não sintam o desenvolvimento sustentável como ameaça à sua sobrevivência, que, por incrível que possa parecer, o sentiam. Parecia ser uma idéia que vinha de longe, ou que vinha da Europa, ou do Norte, ou mesmo do Sul do Brasil, mas que não se coaduna, ou não se coadunaria com as necessidades locais.

Isso acabou. Hoje, as pessoas que vivem na Amazônia são as primeiras a perceber que, efetivamente, podem tirar proveito para as suas realizações familiares pessoais, econômicas ou o que seja, da idéia de desenvolvimento sustentável. Isso tanto através da exploração da biodiversidade, da criação de fontes de aproveitamento que não destruam a natureza, mas que aproveitem essa biodiversidade, como, também, em função do ecoturismo, que também tem uma força imensa.

O mesmo se diga com relação à questão do aproveitamento do Nordeste e da eliminação, o quanto possível – e fazer força nessa direção –, dos estragos que a presença humana possa causar na paisagem e na natureza nordestinas. Todo o esforço que nós temos feito, a chamada despoluição, por exemplo, da baía de Salvador, vai nessa direção. Quer dizer, não se trata, simplesmente, de fazer alguma coisa que não seja útil às pessoas. Vamos tomar decisões que sejam úteis às pessoas e que preservem o meio ambiente. Despoluir Salvador é como despoluir a Baía de Guanabara. É fazer saneamento básico. É dar água. É dar esgoto, basicamente, para essas populações. É cuidar do lixo. E, ao se fazer isso, ao se melhorar a qualidade de vida, está-se, ao mesmo tempo, criando condições de preservação da natureza e a possibilidade de a natureza ser utilizada de forma benéfica para o ser humano. Isso se está fazendo com as dificuldades de sempre, com o tempo que é necessário para que, efetivamente, essas obras surtam algum efeito.

E apraz-me dizer que, se no passado havia a idéia de que não convinha fazer obras de saneamento, porque o que o povo não vê não dá o sentimento do que o Governo está fazendo, hoje isso é engano. Hoje, a população sabe que é importante fazê-las e retribui ao gover-

nante que é capaz de se dedicar a obras fundamentais, como as obras de saneamento.

Mas não é só no aspecto de saneamento. É também no aspecto de um forte programa de turismo do Prodetur e também do Proecotur, na Amazônia – e aproveito, entre parênteses, para protestar contra esses nomes: Prodetur, Proecotur, pró-não-sei-quê, que são nomes difíceis de serem guardados e não têm nada a ver com uma vida mais feliz. Têm a ver com a tortura burocrática. Nós temos que inventar nomes mais apetitosos, para que possamos motivar a ação na direção, realmente, de um desenvolvimento sustentável. Mas, voltando ao tema principal, creio que o que se tem feito no ecoturismo, no Norte, e na redefinição de um turismo que respeite o meio ambiente nas outras regiões do Nordeste e de combate às formas degradantes do turismo, como o turismo sexual, é um exemplo vivo de que nós estamos, a todo instante, preocupados, efetivamente, com as questões que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável.

A outra região a que queria me referir, que o Ministro mencionou, é uma região que acho que os brasileiros precisam, cada vez mais, valorizar, que é o Pantanal. Nós estamos aí com um programa muito ambicioso e importante de preservação do Pantanal. É essencial que o Brasil tome consciência do significado do Pantanal e desse projeto, que eu federalizei, porque percebi que os estados não iriam, sozinhos, jamais chegar a tomar as iniciativas. Até poderiam tomá-las, mas não teriam os recursos para fazer frente a essas iniciativas que viessem a tomar. Pareceu-me que era melhor, de uma vez, se o Governo Federal assumisse a responsabilidade disso, porque se trata, de novo, de um grande programa de saneamento básico e de melhoria das condições de vida da população e de controle da destruição da poluição causada pelos detritos industriais, que, eventualmente, possa, realmente, mesmo naquela região, parecer remota, mas, como hoje está incorporada ao desenvolvimento brasileiro, pode causar dano à região do Pantanal, que creio que é uma riqueza extraordinária que merece ser cultuada por todos nós.

Estamos iniciando já os projetos, no que diz respeito ao Pantanal, e acredito que, nos próximos anos, vamos garantir as condições para

evitar o assoreamento dos rios, para evitar a poluição, evitar que haja uma destruição daquela região, que é tão significativa para todos nós.

Isso não quer dizer que o Governo se sinta contente com o que fez, nem que dispense a cooperação, mormente dos organismos internacionais e dos representantes do G-7, que aqui estão. Nós queremos cada vez mais do G-7. O fato é que, na verdade, nós precisamos cada vez mais, porque, com a vastidão deste território, os números, por mais empolgantes que sejam em zeros, de milhões que se decidem para essas áreas são sempre insuficientes, porque as demandas serão crescentes. Não é algo que se faça de repente. Mas, sobretudo, acho que o que é importante é que se generalize mais e mais a consciência ambiental.

Dá tristeza ver, por exemplo, o uso do lixo no Brasil, o descaso com o lixo, até mesmo nas regiões remotas da Amazônia, até mesmo nas regiões tribais. São coisas que não podem continuar do jeito que estão. Isso significa educação ambiental, que tem que ser crescente no Brasil, uma preocupação obsessiva com essas questões, que tem que ser crescente. Se é possível nas grandes cidades – eu vi, recentemente, em Salvador, uma estação de tratamento de lixo, no meio da cidade. Era estética, bonita a situação. Não sei nem quem fez. Mas foi um arquiteto local. Mas o que é mais importante é que era uma estação de tratamento de lixo funcionando. Aqui, também, há esforços, em Brasília. Há esforços – se, nas grandes cidades, o tratamento dessas questões é, digamos, industrial, no campo não é. E, nas regiões ribeirinhas, também não. E não se resolverá com grandes obras. Só vai se resolver com uma consciência ampliada do que signifique, realmente, a questão ambiental.

Por todos esses motivos, eu queria – já me estendi demais – agradecer a presença, agradecer as palavras do Ministro Krause, os esforços do Ibama, renovar meu pedido de cooperação com os organismos internacionais, com os representantes dos países que têm tido a preocupação com o meio ambiente e dizer-lhes, para terminar, que o meio ambiente é um pouco como essa crise econômica, essa crise financeira: parece que se trata dos outros, mas, não. Trata-se de cada um de nós. Tem-se a impressão de que vai afetar só os que estão lá, longe, mas, daqui a pouco, afeta a todos.

Então, acho que é com esse espírito de solidariedade internacional que nós devemos encarar essas questões. Quando eu digo solidariedade internacional, não estou nem abrindo mão da soberania, nem deixando de dizer que a responsabilidade primária é nossa, é dos brasileiros. Temos que, efetivamente, estar à frente desses programas, tratando de ampliar a consciência. Mas ela também implica uma dimensão que ultrapassa as fronteiras, porque a questão ecológica é globalizada. Foi até globalizada talvez antes dos circuitos financeiros. Só que com uma diferença: a globalização dos circuitos financeiros tem dado muito curto-circuito e a globalização ecológica tem dado bem-estar, tem rendido flores. Eu espero que este início de primavera seja também, simbolicamente, o início de uma temporada de mais flores para o meio ambiente.

Muito obrigado.